

Duarte Viana – *Pontes sem fronteiras: memória e solidariedade na região minhota durante a Guerra de Espanha*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 114-131.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a5

Pontes sem fronteiras: memória e solidariedade na região minhota durante a Guerra de Espanha

Bridges without borders: memory and solidarity in the Minho region during the Spanish War

Ponts sans frontières : mémoire et solidarité dans la région du Minho pendant la guerre d'Espagne

Puentes sin fronteras: memoria y solidaridad en la región del Miño durante la Guerra de España

Duarte Viana
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
duarteviana2002@gmail.com

Resumo: Este trabalho propõe uma aproximação ao significado da Ponte Internacional de Valença na História, a partir do processo de fundação dos estados nacionais e, especialmente, na Guerra Civil de Espanha. Concomitantemente, contrapõe-se uma memória pública de guerra que, no contexto do conflito e de agudização da repressão, contou uma história alternativa a partir da memória. A solidariedade prestada aos refugiados da guerra nesta região estabelece uma identidade modelada por um processo de socialização política. A ponte internacional é, neste sentido, um vínculo mediador entre história e memória, abrindo um leque de potencialidades para uma escrita da história que abarque diferentes perspetivas.

Palavras-chave: fronteira, práticas de resistência, Guerra Civil de Espanha, memória.

Abstract: This paper proposes an approach to the significance of the Valença International Bridge in history, starting from the process of founding nation states and especially during the Spanish Civil War. At the same time, it opposes a public memory of the war which, in the context of the conflict and the intensification of repression, told an alternative history through memory. The solidarity given to refugees from the war in this region establishes an identity shaped by a process of political socialisation. The international bridge is, in this sense, a mediating link between history and memory, opening up a range of potentialities for writing history from different perspectives.

Keywords: border, resistance practices, Spanish Civil War, memory.

Résumé : Cet article propose une approche de la signification du pont international de Valença dans l'histoire, à partir du processus de fondation des États-nations et en particulier pendant la guerre civile espagnole. En même temps, il s'oppose à une mémoire publique de la guerre qui, dans le contexte du conflit et de l'aggravation de la répression, a raconté une histoire alternative de la mémoire. La solidarité accordée aux réfugiés de la guerre dans cette région établit une identité façonnée par un processus de socialisation politique. Le pont international est, en ce sens, un lien médiateur entre l'histoire et la mémoire, ouvrant un éventail de potentialités pour écrire l'histoire à partir de perspectives différentes.

Mots clés : frontière, pratiques de résistance, guerre civile espagnole, mémoire.

Resumen: Este trabajo propone una aproximación a la significación del Puente Internacional de Valença en la historia, a partir del proceso de fundación de los estados nacionales y especialmente durante la Guerra

Duarte Viana – *Pontes sem fronteiras: memória e solidariedade na região minhota durante a Guerra de Espanha*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 114-131.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a5

Civil española. Al mismo tiempo, se opone a una memoria pública de la guerra que, en el contexto del conflicto y del endurecimiento de la represión, contó una historia alternativa desde la memoria. La solidaridad prestada a los refugiados de la guerra en esta región establece una identidad moldeada por un proceso de socialización política. El puente internacional es, en este sentido, un vínculo mediador entre la historia y la memoria, abriendo un rango de potencialidades para escribir la historia desde diferentes perspectivas.

Palabras clave: frontera, prácticas de resistencia, Guerra Civil española, memoria.

1. Introdução

Elemento legitimador da soberania, a relação entre o Estado e a Nação, em consonância com a sua definição territorial e soberana sobre um «Povo» constitucionalizado, assentava na delimitação fronteiriça - a hifenização do Estado-Nação (Thiesse, 2000). A fronteira, como apontam Paula Godinho (2009) e Dulce Simões (2016), dadas as circunstâncias de afastamento entre as necessidades locais e a legislação central, é uma estratégia de sobrevivência perante o processo de centralização estatal. Pautada por discursos, mais ou menos conflitivos, entre o Estado Central e as comunidades locais, a fronteira é, nesta aceção, um espaço de várias histórias.

Segundo estes pressupostos, visa-se uma análise da ponte internacional de Valença do Minho. A fotografia retrata, desde a perspectiva do observador, a travessia para o Estado espanhol. Por cima do espetador, o tabuleiro superior da ponte destinado ao tráfego ferroviário e, olhando em frente, a aparente travessia do tabuleiro inferior, destinado a peões e automóveis, para território espanhol onde se pode denotar a antiga estrutura dos funcionários do estado vizinho, nomeadamente, da entidade aduaneira.



Figura 1: ponte internacional de Valença do Minho. Fonte: Acervo pessoal, 27/12/2024

Duarte Viana – *Pontes sem fronteiras: memória e solidariedade na região minhota durante a Guerra de Espanha*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 114-131.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a5

A ponte é, por um lado, símbolo de modernização política e económica. A inserção do projeto de modernização dos meios de comunicação enquadra os alvares da revolução industrial portuguesa e, de igual modo, as diferentes etapas das relações diplomáticas entre os estados da península ibérica, tal como a definição dos limites jurídicos da soberania estabelecidos pelo Tratado de Lisboa de 1864.

Por outro lado, subvertendo os princípios da hifenização dos estados nacionais e dos canais autorizados de comunicação entre ambos, as populações raianas, durante as suas decisões quotidianas, propuseram novas práticas de organização social (Godinho, 2009). É a memória de uma «cultura de orla» ou uma «cultura de fronteira» que se visa integrar na história a partir dos atores sociais que, cruzando a fronteira de forma mais ou menos ilegal, no auxílio às povoações adjacentes nos momentos convulsos, preservaram uma memória contra-hegemónica da «história dos vencedores» (Benjamin, 2017). O contrabando, o trapiche e as redes de solidariedade são o seu apanágio, integrando a história e a memória da ponte Internacional de Valença do Minho durante os sucessos da Guerra de Espanha.

São três os momentos de análise: em primeiro lugar, contextualiza-se a construção da ponte internacional de Valença e o seu enquadramento económico e político, conferindo o seu significado nos inícios da modernidade e na fundação de uma «cultura de fronteira»; seguidamente, caracteriza-se como se desenvolve a Guerra Civil de Espanha na localidade; por último, associado ao ponto anterior, analisa-se a memória pública da localidade raiana, a sua inserção teórico-metodológica e a sua relação com a história, através da ponte internacional.

Propõe-se como eixo orientador, seguindo os preceitos benjaminianos (Benjamin, 2010), que a história deve ser contada nos modelos da crónica, ou seja, valorizando tanto os eventos políticos referentes ao Estado, quanto os pequenos acontecimentos do quotidiano. Esta abordagem procura dissolver hierarquias entre acontecimentos históricos, enfatizando que ambos são basilares para uma compreensão do passado. Assim, este ensaio não visa uma síntese integral da história da ponte sobre o Minho, mas a sua problematização enquanto elemento mediador da história e da memória. A crónica, neste sentido, torna-se um meio de resgatar narrativas subalternas e perspectivas esquecidas, promovendo um deslocamento na pesquisa histórica.

Duarte Viana – *Pontes sem fronteiras: memória e solidariedade na região minhota durante a Guerra de Espanha*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 114-131.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a5

2. Fronteiras das múltiplas pertenças

Valença do Minho é um dos sete concelhos do distrito de Viana do Castelo que estabelece fronteira com o estado espanhol. É pela sua geografia, localizada nas margens do rio Minho, uma fronteira definida segundo as vias fluviais que circunscrevem a norte, o território português e galego, concretamente, a província de Pontevedra.

O empreendimento da ponte, foi acordado entre os dois estados em 1879, findas as negociações em 31 de maio de 1881, cabendo ao Estado Espanhol a construção dos seus estribos e pilares, enquanto o Estado português se encarregava da construção dos tabuleiros da ponte. As obras, iniciadas a 15 de novembro de 1881, foram terminadas no ano de 1884 e submetidas a testes de resistência dinâmica, concluídos para inauguração em março de 1886 (Neves, 1990). O projeto enquadra a segunda fase (Mendes, 1992)¹ de uma, não pouco ambígua, revolução industrial portuguesa. As alterações estruturais que esta propiciou, como o desenvolvimento dos transportes, a modernização das instituições e o alargamento ou aperfeiçoamento dos mercados da terra, do trabalho e capital (Reis, 1992), marcam uma vertente económica e política do projeto da ponte sobre o rio Minho, não esgotando os seus múltiplos significados.

A ponte marcou o advento da modernização económica e institucional de Portugal no século XIX, aperfeiçoando as vias de comunicação do território e as suas ligações a mercados externos. Concomitantemente, é a marca indelével das ligações institucionais autorizadas dos estados ibéricos, da definição de uma economia nacional e a sua apoteose no ano de 1864, com a assinatura do Tratado de Limites. Não obstante, o significado da imagem é também de um confronto entre as pretensões do poder territorial dos Estados-Nação, especialmente em tempos de crise, com a circulação informal e a artificialidade dos seus limites que, subvertidos pelas comunidades raianas do noroeste da península (Godinho, 2021; Simões, 2016, 2009), habitam o tabuleiro inferior da ponte internacional de Valença do Minho. São estas pistas do passado que, ocultas pela superação dos tempos, revelam um esforço cosmético no qual o Estado moderno se fundava, a soberania intemporal sobre o território (Thiesse, 2000).

¹ Sobre as diferentes fases da Revolução Industrial Portuguesa, veja-se Mendes, 1992.

Duarte Viana – *Pontes sem fronteiras: memória e solidariedade na região minhota durante a Guerra de Espanha*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 114-131.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a5

Como propunha Peter Sahlins: “a criação de um Estado territorial é uma das componentes do Estado-nação moderno” (Sahlins, 1996 *apud* Simões, 2009: 217). A delimitação da fronteira, no plano nacional, é assinalada pelo Tratado de Limites de 29 de setembro de 1864. Este surge, no século XIX, como uma reivindicação dos Estados Modernos, contínuos e indivisos, exercerem a soberania sobre um povo e um território, através das linhas que o demarcam - a fronteira.

Justificado pela necessidade da superação de conflitos de comunidades locais e da supressão das economias informais, nomeadamente o contrabando, o Tratado transparece três discursos discerníveis. Em primeiro lugar, dos agentes locais em oposição aos Estado Centrais e à arbitrariedade da fronteira; o discurso dos técnicos e peritos que ordenam o território, cartografando-o; e por último, o discurso centralista que afirma a clarificação da fronteira para a defesa dos interesses do Estado, numa ótica central (Godinho, 2009: 85). Não coincidentes, estes discursos revelam a conflitualidade entre o discurso do centro e as práticas da periferia latentes nas regiões limítrofes mostrando, como assinala Benedict Anderson (2005), que a nação repousa numa «comunidade imaginada» submetida à dialética entre o local e o central. Este último, com uma forte tendência de homogeneização.

Assim, a fronteira enquadra estratégias associadas às formas de apropriação do espaço limítrofe definido segundo uma «fronteira política» (Marcusi Férrea, 1999 *apud* Simões, 2009), remetida para o discurso centralista, e uma «fronteira quotidiana» assente nas práticas e decisões das populações locais. Tal como apontam Wilson e Donnan (1998 *apud* Simões, 2016: 127) a fronteira é constituída por três elementos: a fronteira legal que separa e une os Estados; pelas estruturas organizacionais do Estado (pessoas e instituições de coerção) que o demarcam territorialmente; e pelas populações que aí residem e encerram múltiplos significados associados à pertença a nações ou estados, desenvolvendo práticas específicas de sobrevivência. Estes modos específicos são derivados de uma mediação entre Estado e fronteira, na qual a ponte e a sua construção se enquadram neste processo. Aproveitada pelos cidadãos raianos, através de formas subtis e quotidianas de resistência, da ironia e da dissimulação, predominantes em períodos

“de transição entre as formas de organização pré-capitalista, prevalectes na prática ou na memória dos habitantes desta zona da raia, e a modernidade, com o cessar dos tributos

Duarte Viana – *Pontes sem fronteiras: memória e solidariedade na região minhota durante a Guerra de Espanha*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 114-131.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a5

feudais e uma perseguição acrescida às modalidades de função comunal da terra” (Godinho, 2009: 86).

A fronteira e a construção da ponte representam a dominação do Estado sobre um território político-administrativo que modela as estratégias de resistência das populações locais (Godinho, 2009). A relação da Raia e das suas populações com o Estado central é sempre submetida a uma dialética específica, obedecendo a ciclos conjunturais que pautam a atuação do Estado e dialogam com as práticas locais para a sua subsistência. Durante a década de 1930, a resistência e a solidariedade local desafiaram o discurso central, emanado de um Estado fascizante, no auxílio aos refugiados espanhóis.

3. A guerra na fronteira do Minho

O ano de 1936 foi fundamental para a consolidação do regime, marcando o momento de rendição dos militares liberais conservadores nas Forças Armadas ao setor político das direitas salazaristas, que se afirmaram hegemónicas desde 1933 (Rosas, 2013). Simultaneamente, o eixo orientador das relações diplomáticas luso-portuguesas sofreu uma alteração paradigmática, como aponta Manuel Loff (2008). O discurso do centro adotou, para justificar o apoio ao lado franquista, a tese da bolchevização da Espanha, sob o pretexto de que daí decorreria uma «ameaça vermelha» ou o «perigo espanhol» com tendências federativas, culminando na anexação do território português (Loff, 2008).

O refugiado espanhol, figura derivada de um fluxo de «emigração política» originado pela guerra civil ² (Rubio, 1979 *apud* Simões, 2009: 221), é, numa conceção de Estado, portador de um ideário marxista, capaz de subverter a ordem instituída e de gerar uma «contaminação ideológica» no território nacional (Loff, 2008). Neste contexto, Fábio Faria (2018) sublinha a diminuição das travessias fronteiriças, resultado da atividade repressiva do Estado Novo nestas regiões, voltada para a figura do refugiado espanhol.

A repressão passou a desempenhar um duplo propósito: apoiar os franquistas através de apoio logístico na eliminação de bolsas de resistência nos territórios

² A problemática da emigração e do refúgio a que nos referimos é de interesse histórico, mais do que diplomático, enquadrando-as a partir da lente discursiva do regime fascista português.

Duarte Viana – *Pontes sem fronteiras: memória e solidariedade na região minhota durante a Guerra de Espanha*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 114-131.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a5

recentemente ocupados (Lanero Táboas *et al.*, 2009), sem que, no entanto, houvesse um reconhecimento *de jure* (Oliveira, 1987); e impedir a «contaminação ideológica» do território nacional, mantendo o processo de consolidação do regime. Dulce Simões (2016) designou este processo como «dois pesos, duas medidas».

À escala nacional, a «fronteira política» (Marcusi Férrea, 1999 *apud* Simões, 2009: 217) constituiu uma preocupação do novo regime, resultando na reorganização da Guarda Fiscal e da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, e na formação da sua Secção Internacional (Cunha, 2006). No período anterior à guerra, já havia um reforço dos postos fronteiriços (Simões, 2016), seguido de um aumento da presença militar durante o conflito na região Minhota³.

A estes organismos somaram-se as instituições e administrações locais na regulação das travessias da fronteira (Faria, 2018), sendo evocada a necessidade de cumprimento assíduo do Tratado de Limites. Dias depois da tomada da vila tudense, na margem oposta do rio Minho, o Presidente da Comissão Administrativa de Valença do Minho endereçou uma carta ao novo *Alcalde* de Tui, agora sob uma junta de comandos militares (Rodriguez Gallardo, 2008), solicitando a vistoria dos marcos de fronteira das margens do rio Minho, conforme o artigo 25º do referido tratado⁴. Tratava-se de um processo de extensão do Estado às regiões mais afastadas dos centros de poder, confinadas às zonas limítrofes.

Esta presença, militar, paramilitar e administrativa, teve impacto nas práticas quotidianas da raia, ou seja, na «fronteira quotidiana» (Marcusi Férrea, 1999 *apud* Simões, 2009: 217), que se viu obrigada a adaptar-se às novas circunstâncias do conflito. Lanero Táboas (2009) sublinha que, entre 1936 e 1945, uma série de medidas dos estados ibéricos introduziu novas estratégias de reprodução económica nas povoações raianas. Também a presença de refugiados foi uma novidade com repercussões sociais, políticas e económicas no funcionamento dessas comunidades

O contrabandista, figura típica da fronteira, passou a desempenhar uma nova função no plano conjuntural. Solicitados como *pasadores*, eram portugueses a trabalhar

³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Interior - Gabinete de Ministros. Correspondência recebida e expedida pelo Gabinete do Ministro 1917/ 1936. Correspondência recebida e expedida sobre a guerra civil de Espanha 1936. Dois aviões sobrevoaram Valença. Mç. 481. 26 de julho de 1936.

⁴ Arquivo Municipal de Valença (AMV), Correspondência expedida, 1.4.4.1, Livro de Correspondência Expedida, 30 de julho de 1936, pp. 37.

Duarte Viana – *Pontes sem fronteiras: memória e solidariedade na região minhota durante a Guerra de Espanha*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 114-131.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a5

em terras galegas ou espanhóis a trabalhar no norte de Portugal. Aproveitaram-se das redes de sociabilização bem estabelecidas no trabalho clandestino, exigido pelo contrabando, para a transferência de refugiados. Daqui decorreram alterações económicas, com a presença e permanência de refugiados no território português, através das remessas pagas pelos refugiados e pelo fim da contingência política com a presença habitual de agentes anti-franquistas no território (Táboas *et al.*, 2009).

A documentação do estado permite descobrir peças de histórias incompletas e silenciadas que uma memória pública preenche. A 26 de Julho de 1936 o general Augusto Manuel Farinha Beirão transmite, ao Ministro do Interior, o telegrama enviado pelo comandante da 5ª Companhia do Batalhão nº 4 da Guarda Nacional Republicana estacionado em Valença. Nele constam relatos de fogo de metralhadora e artilharia, uma canhoneira republicana fundeada no rio Minho de bandeira branca hasteada. Ao largo da ponte, barricadas eram levantadas no posto fronteiriço de Tui. A Companhia de Infantaria 3 era mobilizada para a praça de Valença perante o conflito no lado adjacente da fronteira⁵.

No Governo Civil e na Comissão Administrativa a correspondência expedida, interpretada segundo os critérios de Fábio Faria (2018) sobre o papel da vigilância administrativa, e cruzada com os estudos de Angel Gallardo e Lanero Táboas⁶, indica uma mediação das instituições na aplicação da repressão. É a partir destas instituições que se procede à reorganização das forças de vigilância na fronteira. A análise da documentação sublinha o papel mediador da Comissão Administrativa na aplicação das normativas de Estado e o seu papel central na reorganização das forças de segurança na fronteira.

A partir de 24 de julho de 1936, a administração da vila endereça uma comunicação à PVDE, assegurando «o melhor desejo de cooperação quanto dependa do âmbito das minhas legais atribuições»⁷. Em agosto, estão transitados os processos

⁵ ANTT, Ministério do Interior - Gabinete de Ministros, Correspondência recebida e expedida sobre a guerra civil de Espanha 1936, Dois aviões sobrevoaram Valença, Mç. 481, 26 de julho de 1936.

⁶ Ángel Gallardo (2008) e Lanero Táboas (2009) falam das “batidas” que visavam a caça de refugiados espanhóis em território português, articulando as forças de segurança lusas e nacionalistas. Concomitantemente, a estrutura de controlo da fronteira espanhola sofre reorganização nos anos 50, contando, do lado português, com uma estrutura organizada e eficiente (Lanero Táboas *et al.*, 2009).

⁷ AMV, Correspondência expedida, 1.4.4.1, Livro de Correspondência Expedida, 24 de julho de 1936, p. 34.

Duarte Viana – *Pontes sem fronteiras: memória e solidariedade na região minhota durante a Guerra de Espanha*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 114-131.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a5

burocráticos para a anexação do baluarte da Lapa ao quartel da Guarda Nacional Republicana na vila. Este processo de mobilização das instituições locais mostra a sua preponderância na negociação entre o arrendatário do baluarte e o Conselho Administrativo dos comandos do batalhão nº4 da GNR, estacionados no Porto e com atividade na região⁸. A linha ferroviária passaria a ser fiscalizada, responsabilizando-se o presidente da Comissão Administrativa pela construção de uma barraca alfandegária na estação, com vista ao controlo do tráfego transfronteiriço⁹.

A nível distrital, é importante sublinhar a função do Governo Civil, que, durante a Guerra, se encarrega da criação de sistemas de impedimento legal à entrada de refugiados espanhóis conotados com a Frente Popular¹⁰. Os entraves administrativos a este nível eram associados à negação de vistos de residência. Os entraves legais “aos súditos espanhóis, indocumentados pelas suas autoridades consulares ou vice-consulares, que se declarem refugiados políticos¹¹ visavam assim a seleção do perfil ideológico do refugiado.

Chegava a guerra à raia e ressoava, no ano de 1936, o som dos combates da margem tudense do rio Minho. A documentação pouca referência faz aos tempos subsequentes, aos impactos na vivência das populações da raia e à sua atuação durante o conflito. A guerra civil de Espanha marcou o advento de novas formas conjunturais de imposição do Estado e de resistência. Uma metodologia de História Oral (Cardina, 2012)¹² e a análise das memórias familiares permite enquadrar as suas práticas e as intenções dos seus atos durante o período em escrutínio.

A memória insurge como um mecanismo de resistência contando práticas alheias à atuação do Estado e fazendo da ponte um lugar de memória pensado além da identidade nacional. O seu resgate, especificamente as que remetem a ponte durante a Guerra Civil de Espanha através do contrabando e do acolhimento de refugiados, é ilustrativo de uma

⁸ AMV, Correspondência expedida, 1.4.4.1, Livro de Correspondência Expedida, 4 de agosto de 1936, p. 39.

⁹ AMV, Correspondência expedida, 1.4.4.1, Livro de Correspondência Expedida, 22 de agosto de 1936, p. 44.

¹⁰ César Oliveira (1987) propunha que a seleção dos refugiados espanhóis que poderiam entrar no país era feita na base de preceitos ideológicos. Apenas se reivindicavam refugiados aqueles que eram perseguidos pelas instituições nacionalistas, ou seja, os militantes e apoiantes da Frente Popular.

¹¹ Arquivo Distrital de Viana do Castelo (ADVC), Governo Civil de Viana do Castelo, 8.52.4.2 - 15, Correspondência Recebida respeitante a estrangeiros, 30 de julho de 1937, p. 39.

¹² Sobre metodologia de História Oral veja-se Cardina, 2012: 21 - 43.

Duarte Viana – *Pontes sem fronteiras: memória e solidariedade na região minhota durante a Guerra de Espanha*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 114-131.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a5

história oposta àquela que oficialmente é contada e o seu cruzamento dá conta de processos complexos que oscilam entre a atuação de Estado e das populações raianas. Estes sujeitos históricos individuais, locais e comunitários atravessaram a ponte contando algo mais que um princípio de modernização político, social e económico ou entendem os refugiados do conflito como uma ameaça, tal como o Estado Novo os definira.

4. Memórias da guerra entre-linhas

Memória e escrita da história partilham estruturas comuns (Catroga, 2001). É a memória que orienta os princípios chave da escrita da História ditando o que deve, ou não, ser recordado socialmente (Traverso, 2012). É no quadro de um processo de «socialização política»¹³ que, nos contextos de repressão e nas práticas que contra ela se desenvolvem, se enquadram as memórias recolhidas. Estas compõem o que Robert Frank (2004) definiu como memória pública. Esta é parte integrante da memória coletiva, representando

“essa parte difusa, indefinível e flutuante da memória colectiva ou, se preferirmos a expressão de Henry Rousso, com a ‘memória difusa’ é a aposta fundamental dos portadores das outras memórias acima referidas, ou seja, as memórias organizadas, que tudo fazem para a procurar, influenciar e conquistar” (Frank, 2004: 132).

Para Enzo Traverso (2012: 71), há uma divisão entre memórias fortes e memórias fracas. A primeira integra o discurso oficial, das instituições e do Estado, enquanto as segundas são escondidas e interditas compondo uma memória que, durante o Estado Novo, havia sido subalternizada pela memória forte da «guerra de libertação da Espanha», encobrendo os rastros da vivência raiana durante o conflito. A relação dialógica entre memória e História, associando os conceitos, permite o resgate das memórias fracas da guerra civil, típicas de lugares raianos. Catroga (2001) propôs que a memória é um ato de alteridade que concatena a vertente social e individual que compõem a vivência do sujeito

¹³ “A expressão socialização política é usada para indicar o conjunto de experiências que, no decorrer do processo de formação da identidade social do indivíduo, contribuem particularmente para plasmar a imagem que ele tem de si mesmo em confronto com o sistema político e em relação às instituições. Tendências, emoções, atitudes perante os vários objetos da política, aptidões cognitivas e expressivas necessárias ao agir político, tudo isto é, portanto, considerado como resultado de um processo de formação-aprendizagem social [...]” (Bobbio, Matteucci & Pasquino, 1998: 1202 - 1203).

Duarte Viana – *Pontes sem fronteiras: memória e solidariedade na região minhota durante a Guerra de Espanha*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 114-131.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a5

o que envolve ter em conta a memória forte e a memória fraca da guerra, na formação de uma memória pública raiana que delimita o seu processo de ressignificação.

A criação de práticas de resistência ao Estado e, a elas adjacente, a memória tornam-se um fenómeno paralelo à sua totalização e instituição de uma memória oficial do conflito, dentro dos parâmetros definidos por James Scott (1985) de «armas dos débeis»¹⁴. Este processo de fundação identitária, baseado na oposição a uma entidade política, ou seja, através de um processo de «socialização política», entende a formação de uma memória pública, que permeia a memória forte da guerra que, apesar da falta de um estudo sistematizado, foi abordado por Manuel Loff (2006) no âmbito historiográfico.

A censura de obras publicadas, em Portugal, referentes à Espanha de Franco e à guerra civil perdurou até à queda do regime em abril de 1974 e o cunho das publicações sobre o tema durante este período “foram prolíferos na publicação de obras mais ou menos memorialísticas de autores portugueses, na sua grande maioria jornalistas, que relatavam empolgadamente aquilo que, enquanto salazaristas, entendiam ter sido a «Guerra de Libertação de Espanha»” (Loff, 2008: 3). Na década de 1980, pelo ex-dirigente salazarista, Franco Nogueira, e no final do século, pelas declarações de Veríssimo Serrão, há uma mudança, operada pelo setor neosalazarista, que assentava no negacionismo da cumplicidade do Estado Novo com o lado franquista (Loff, 2008). Deste modo, a memória da Guerra de Espanha serviu, em inúmeras ocasiões como elemento instrumental, da direita à esquerda, em diversos debates políticos.

Não obstante, em Barrancos (no Baixo Alentejo) e em Cambedo da Raia (na fronteira transmontana), foram criados mecanismos de apoio aos refugiados, enquadrados pelas autoras Dulce Simões (2016) e Paula Godinha (2021) nas práticas de resistência e solidariedade. Os estudos de Ángel Gallardo (2008) e Lanero Táboas (2009), sobre a região da raia luso-galega, defendem posições análogas, na territorialização da raia luso-galega, utilizando a posição privilegiada do contrabando na subversão económica, social e política durante o conflito. A história oral, e a seleção de memórias permitiu, nestes casos, detetar uma memória fraca circunscrita às localidades a que se referem.

¹⁴ Por «armas dos débeis» o autor enquadra as práticas quotidianas de resistências das populações rurais e industriais que “no ridículo, na truculência, na ironia, nos pequenos actos de incumprimento, no arrastar das raízes, na dissimulação, na mutualidade resistente, na descrença nas homilias elitistas, nos esforços constantes e esmerados para se manter contra as adversidades - um espírito e uma prática que evitam o pior e prometem algo melhor” (Scott, 1985: 383).

Duarte Viana – *Pontes sem fronteiras: memória e solidariedade na região minhota durante a Guerra de Espanha*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 114-131.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a5

A ausência de um processo de ressignificação histórica impediu a análise, seja ela coesa ou fragmentada das memórias da localidade minhota. Sem embargo, foi possível subtrair elementos que se enquadram nas práticas de resistência, trazendo novas perspectivas associadas à conceptualização da memória e ao potencial da sua natureza. Numa primeira instância, interpreta-se a prevalência do contrabando na região, obedecendo a fatores conjunturais (Lanero Táboas *et al.*, 2009) de identificação coletiva com a prática, como nos indicam os testemunhos de Ilídio Rocha (Rocha, 1984: 40-57) e Cristina Pedrosa. A última define concretamente o tipo de produtos contrabandeados, com ênfase no transporte de farinha, café, ovos e açúcar¹⁵ com uso de mandranas¹⁶.

O autor Lanero Táboas (2009) entende que o contrabando obedece a fatores conjunturais de desenvolvimento, associados tanto a questões económicas e de subsistência, quanto a fatores sócio-políticos ao nível da infrapolítica. Apesar de ser demonstrado como um fenómeno de cariz económico, em períodos como a Guerra Civil de Espanha, o contrabando compôs um elemento de resistência política, através de uma identidade local que, neste contexto de conflito, se demarca da memória portuguesa amplamente vinculada à narrativa da «guerra de Libertação da Espanha» (Loff, 2006: 16) e ao negacionismo neosalazarista.

Foi, no entanto, nos trilhos secundários, desconhecidos à maioria, que se criaram percursos de auxílio à fuga de refugiados, fixando redes de solidariedade que se estendiam por todo o território nacional (Godinho, 2021; Lanero Táboas, *et al.*, 2009; Simões, 2016). A fronteira revelou-se mais permeável do que se poderia supor, permitindo a recordação das práticas e do conflito.

A «cultura de fronteira» praticada no quotidiano das populações raianas subverte a «fronteira política», da legalidade e das instituições (Wilson & Donnan, 1998 *apud* Simões, 2016: 217) através da formação dessas redes de sociabilidade, familiares e de amizade, como no caso familiar de Cristina Maria Pedrosa. Foi do lado materno que o avô galego e a mãe portuguesa apoiaram a fuga de muitos familiares que desertaram do

¹⁵ “Portanto a minha avó paterna trabalhava em... no trapiche, podemos considerar trapiche naquela altura era contrabando, que era um contrabando de farinha, café, ovos, açúcar. Tanto de cá para lá, como de lá para cá vinha o peixe. Nessa altura era considerado tudo contrabando.” Entrevista a Cristina Maria Pedrosa (Valença, dia 5 de Janeiro de 2024).

¹⁶ As mandranas, símbolo do contrabando (ou trapiche, como é denominado localmente) no noroeste da península, eram aventais compartimentados para ocultar a passagem de bens alimentares como os descritos anteriormente.

Duarte Viana – *Pontes sem fronteiras: memória e solidariedade na região minhota durante a Guerra de Espanha*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 114-131.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a5

serviço militar no bando franquista, o que, como assinala César Oliveira (1987), foi central no contexto do refúgio após 1937. Permanecendo na casa da família durante parte do conflito

“O tio Daniel foi para o Brasil, mas antes de ir para o Brasil ele alistou-se no exército, era da cavalaria e um dia caiu partiu um braço e ficou em casa e depois desertou porque não queria e então fugiu aqui para Valença, para a casa da irmã, a minha avó. [...] Eu conheço pessoas, já faleceram, mas conheci, que se instalaram aqui em Valença fugidas da guerra. O café dos galegos, foram dois irmãos que fugiram, eram da zona de Ourense, e vieram para aqui, montaram um café e o outro montou uma tasquita e a partir daí nunca mais voltaram, fixaram-se aqui” (Entrevista a Cristina Maria Pedrosa, realizada em Valença, dia 5 de janeiro de 2024).

São também mencionados outros casos de fixação residencial em Valença durante a Guerra Civil. Gaspar da Silva indicou, na entrevista recolhida, que também ele conheceu galegos *fluxidos*¹⁷ ao conflito e fixados em território raiano, com quem desenvolveu uma relação de amizade no período posterior¹⁸. Neste contexto, Paula Godinho (2021) sublinhou que o estabelecimento da residência em Portugal era, em primeiro lugar, um ponto de partida para a deslocação a outras partes do mundo em busca de exílio.

Tornam-se evidentes as fraturas ou incapacidades do Estado em manter as diretrizes do governo central, assim como a convivência das instâncias locais com a fuga e fixação de certos grupos de refugiados. Estes elementos são essenciais para a sobrevivência e subsistência das comunidades locais, apontando também para prenúncios de resistência e subversão da «fronteira política» por uma «fronteira quotidiana», nomeadamente nos momentos convulsos da Guerra Civil de Espanha. O contrabando ou o trapiche, como forma de sobrevivência no mundo rural ou de alcançar uma vida melhor, o apoio prestado aos refugiados galegos e a travessia da fronteira num período convulso, foram formas de resistência quotidiana durante o conflito. Um processo de «socialização política» em curso através da formação identitária em oposição à atuação de uma entidade política delimitada subsiste na interação entre «fronteira política» e «fronteira quotidiana». Esta interação tem, como se propõe, expressões dinâmicas consoante circunstâncias históricas. A agudização da repressão é central na compensação e reformulação das práticas quotidianas permitindo, durante o conflito, a modelação de uma memória contra o

¹⁷ Denominação dos refugiados galegos da Guerra Civil Espanhola.

¹⁸ Entrevista a Gaspar da Silva (Depoimento: Valença, dia 9 de março de 2024).

Duarte Viana – *Pontes sem fronteiras: memória e solidariedade na região minhota durante a Guerra de Espanha*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 114-131.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a5

discurso institucional que compõe a memória forte da Guerra Civil Espanhola. É este quadro de interações que a memória desvenda como elemento de resistência que orienta para o futuro através da sua transmissão (Seligmann-Silva, 2023)

5. Conclusão

A ponte internacional de Valença do Minho representa não apenas um limite geográfico, mas também um espaço de resistência e adaptação das comunidades locais. Ao longo da história, especialmente durante a Guerra Civil Espanhola, as fronteiras tornaram-se locais de solidariedade, contrabando e resistência, onde as populações raianas desafiaram as imposições estatais. A memória dessas práticas, muitas vezes silenciada, revela a importância das ações locais na preservação da identidade e na construção de alternativas de convivência, desafiando a centralização do Estado. Assim, a ponte simboliza um elo entre as memórias fracas assentes em dinâmicas de resistência das populações locais frente às imposições do Estado.

Deste modo, uma análise detida da ponte internacional de Valença revela como a materialidade pode ser uma ferramenta para contar diversas narrativas, desafiando a história oficial alavancada por uma memória forte instituída pelo salazarismo. Em vez de considerar o papel dos objetos materiais na ressignificação da memória, este trabalho propõe uma relação inversa: é através das memórias das pessoas que viveram neste contexto que se revela o papel da ponte como um espaço de múltiplas vozes. Este, cruzando a história da fundação dos estados nacionais e da Guerra de Espanha numa memória mais focalizada, permite a composição da crónica proposta por Benjamin.

Pensar nos espaços comuns que compõem a fronteira quotidiana é também refletir sobre como os objetos e lugares podem resistir ao esquecimento e construir novas formas de pensar o passado além da perspetiva nacional, questionando memórias fortes através da introdução das memórias fracas no domínio da História.

Fontes Manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Duarte Viana – *Pontes sem fronteiras: memória e solidariedade na região minhota durante a Guerra de Espanha*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 114-131.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a5

ANTT, Ministério do Interior - Gabinete de Ministros. Correspondência recebida e expedida pelo Gabinete do Ministro 1917/ 1936.

ANTT, Ministério do Interior - Gabinete de Ministros, Correspondência recebida e expedida sobre a guerra civil de Espanha 1936.

Arquivo Municipal de Valença

AMV, Correspondência expedida, 1.4.4.1, Livro de Correspondência Expedida, 30 de julho de 1936, pp. 37.

AMV, Correspondência expedida, 1.4.4.1, Livro de Correspondência Expedida, 24 de julho de 1936, p. 34.

AMV, Correspondência expedida, 1.4.4.1, Livro de Correspondência Expedida, 4 de agosto de 1936, p. 39.

AMV, Correspondência expedida, 1.4.4.1, Livro de Correspondência Expedida, 22 de agosto de 1936, p. 44.

Arquivo Distrital de Viana do Castelo

ADVC, Governo Civil de Viana do Castelo, 8.52.4.2 - 15, Correspondência Recebida respeitante a estrangeiros, 30 de julho de 1937, p. 39.

Bibliografia

ANDERSON, Benedict (2021), *Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a expansão dos nacionalismos*, Coimbra, Edições 70.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (1998), *Dicionário de Política* (11ª ed., vol.1), Brasília, Editora da Universidade de Brasília.

CARDINA, Miguel (2012), “História Oral – caminhos, problemas e potencialidades”, in Paula Godinho (org.), *Usos da Memória e Práticas do Património*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 27-43.

CATROGA, Fernando (2001), *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, Quarteto.

CUNHA, Luís (2006), *Memória Social em Campo Maior*, Lisboa, Dom Quixote.

FARIA, Fábio Alexandre (2018), “Refugiados em Portugal: Fronteira e vigilância no tempo da Guerra Civil de Espanha (1936-1939)”, *Revista Portuguesa de História*, 48, pp.

Duarte Viana – *Pontes sem fronteiras: memória e solidariedade na região minhota durante a Guerra de Espanha*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 114-131.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a5

61–84, [consulta em 7/12/2024]. Disponível em: https://doi.org/10.14195/0870-4147_48_3.

FRANK, Robert (2004), “La memoria y la historia”, *Historia del Presente*, 3, pp. 129-134.

GODINHO, Paula (2008), *Ouvir o galo cantar duas vezes: Identificações locais, culturas de orla e construção de nações na fronteira entre Portugal e a Galiza*, Lisboa, Tigre de Papel.

GODINHO, Paula (2009), “Discursos palacianos e Resistências locais: o Tratado de Limites entre Portugal e Espanha 1864”, in Heriberto Cairo Carou; Paula Godinho; Xerardo Pereiro (org.), *Portugal e Espanha. entre discursos de centro e práticas de periferia*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 73-92.

GODINHO, Paula (2021), “«Maquisards» ou «atracadores»? A propósito das revisões da História no caso de Cambedo da Raia, 1946”, in *Cambedo da Raia. Solidariedade galego-portuguesa silenciada*, Lisboa, Tigre de Papel, pp. 69-164.

LANERO TÁBOAS, Daniel *et al.* (2009), “La «raia» galaico-portuguesa en tiempos convulsos. Nuevas interpretaciones sobre el control político y la cultura de frontera en las dictaduras ibéricas (1936-1945)”, in Dulce Freire; Inês Fonseca; Eduarda Rovisco (eds.), *Contrabando na fronteira luso – espanhola: práticas, memórias e patrimónios*, Lisboa, Nelson de Matos, pp. 57-87.

LOFF, Manuel (2006), “A memória da Guerra de Espanha em Portugal através da historiografia portuguesa”, *Ler História*, 51, pp. 77-131.

LOFF, Manuel (2008), *O Nosso Século é Fascista! O mundo visto por Salazar e Franco (1936-1939)*, Porto, Mundo das Letras.

MENDES, José Amado (1992), “Etapas e Limites da Industrialização”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Vol. 7, Lisboa, Círculo de leitores, pp. 354-367.

NEVES, António Manuel (1990), *Valença na História e na Lenda*, Valença do Minho, Câmara Municipal de Valença do Minho.

OLIVEIRA, César (1987), *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, O jornal.

REIS, Jaime (1993), *O atraso económico português em perspetiva histórica: estudos sobre a economia portuguesa na segunda metade do século XIX*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Duarte Viana – *Pontes sem fronteiras: memória e solidariedade na região minhota durante a Guerra de Espanha*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 114-131.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a5

RODRÍGUEZ GALLARDO, Ángel (2008), “A represión franquista no concello de Tui”, in Xosé Maria Álvarez Caccamo *et al.*, *O Miño, unha corrente de memoria*, Ponteareas, Alén Miño, pp. 83-109, [consulta em 8/12/2024]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/316940396_A_represion_franquista_no_concello_de_Tui.

ROSAS, Fernando (2013), *Salazar e o Poder - a arte de saber durar*, Lisboa, Tinta da China.

SCOTT, James C. (1985), *Weapons of the weak. Everyday forms of peasant resistance*, New Haven, Yale University Press.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (2022), *A Virada testemunhal e decolonial do saber histórico*, Campinas, Edições UNICAMP.

SIMÕES, Dulce (2009), “Ambiguidades e Ambivalências na fronteira Luso-Espanhola: o caso dos refugiados da Guerra Civil de Espanha em Barrancos”, in Heriberto Cairo Carou; Paula Godinho; Xerardo Pereiro (org.), *Portugal e Espanha. entre discursos de centro e práticas de periferia*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 215-235.

SIMÕES, Dulce (2016), *A Guerra de Espanha na Raia Luso-Espanhola: Resistência, Solidariedade e usos da Memória*, Lisboa, Edições Colibri.

THIESSE, Anne-Marie (2000), *A criação das identidades nacionais*, Lisboa, Temas e debates.

TRAVERSO, Enzo (2012), *O passado, modos de usar: história, memória e política*, Lisboa, Edições Unipop.